

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

O pensamento social e as relações raciais no brasil da década de 30 na obra de José Lins do Rego.

Cordeiro, Carla de Fátima.

Cita:

Cordeiro, Carla de Fátima (2009). *O pensamento social e as relações raciais no brasil da década de 30 na obra de José Lins do Rego*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1231>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

O pensamento social e as relações raciais no Brasil da década de 30 na obra de José Lins do Rego

Cordeiro, Carla de Fátima

UNESP- Universidade Estadual Paulista

"Julio de Mesquita Filho" - Campus de Marília

cor_carla@yahoo.com.br

Até a década de 1930 quando foi publicado *Casa-Grande & Senzala*, ninguém tomara a questão da escravidão para explicar o Brasil. Segundo Borges¹, a primeira geração intelectual republicana (1888-1930), não falava sobre a escravidão como fator de composição da nação brasileira. Na Colônia e no século XIX, brasileiros e viajantes reconheciam a escravidão como uma instituição característica brasileira e havia relatos de viagem, crônicas, debates públicos, tratando do assunto. Essa omissão da escravidão no discurso público começou logo após a abolição e durou até a geração de Freyre.

Com a instauração da República, a maioria da elite brasileira adotou uma ideologia positivista, conservadora e racista, que naturalmente negava o lugar dos negros na formação nacional. O fato de a maioria da população brasileira ser constituída de negros e mulatos, era uma preocupação para a elite, que vinha desde a Independência do Brasil (1822), segundo Giralda

¹ BORGES, Dain. Como e por que a escravidão voltou à consciência nacional na década de 30. In: KOSMINSKY, E.V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F.A.(Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 205-222.

Seyferth², as discussões sobre processo de branqueamento do nação brasileira, ou seja, o mito do branqueamento, ganharam notoriedade na Primeira República:

A nação brasileira ideal deveria ser ocidental: uma civilização latina, de língua portuguesa e população branca plasmada na mestiçagem. Não é por outra razão que os principais dogmas do racismo vicejaram depois da Abolição e que os verbos conjugados para os imigrantes eram caldear, misturar, fundir, miscigenar (devidamente subsumidos à assimilação)! De fato, esperava-se a assimilação física dos europeus e o desaparecimento dos negros e mestiços mais escuros, num prazo que variava, conforme o autor, entre três gerações e três séculos.³

Nos discursos dominantes entre 1888 e 1930, a categoria ‘raça’ substituiu categoria ‘escravidão’ como fator de formação do Brasil. Borges⁴ constata que na década de 1920 existia uma diferença entre o que muitos pensadores sociais sabiam e o que podiam escrever sobre o legado da escravidão. Havia na sociedade brasileira uma atmosfera de negação e até revanchismo entre as classes conservadoras e estas, definiam os afro-brasileiros como antíteses do progresso nacional: “Não existiu nenhuma censura que tenha proibido alguém de escrever diretamente sobre o tema escravidão. Parece que a autocensura inconsciente chegou a atingir até os intelectuais mais anti-racistas e mais militantes da República”⁵.

Segundo Borges⁶, a dificuldade de querer falar e escrever publicamente sobre a escravidão era tamanha que os anti-racistas e antipositivistas tinham dificuldade em se manifestar. Uma dificuldade que a geração anterior à abolição da escravidão, a de 1870, não teve.

Daí a importância da obra de Gilberto Freyre, especialmente *Casa-Grande & Senzala* publicada em 1933, pois veio mostrar, ainda que de um modo conservador, a centralidade da escravidão na formação da sociedade brasileira. Como afirma Lilia Schwarcz: “nesse sentido, obra de Freyre não teria sido aceita exclusivamente pelo que não dizia. Ao contrário, sua popularidade

2 SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: uma breve digressão sobre racismo. In: _____ (et alii). *Racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002, p. 17-43.

3 Idem, p.37.

4 BORGES, Dain. Como e por que a escravidão voltou à consciência nacional na década de 30. In: KOSMINSKY, E.V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F.A.(Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 205-222.

5 Idem, p. 217.

6 Idem.

vem da afirmação de que a questão racial é fundamental entre nós e que é preciso que levemos a sério a singularidade de nosso processo de socialização e formação”⁷ (SCHWARCZ, 1996, p. 99).

Na concepção de Freyre foram os escravos os alicerces, algumas vezes literalmente, do triunfo do patriarcado açucareiro, agregado ao talento português de colonizar. Ou seja, a ousadia “natural” como colonizador de um lado com a sensualidade, bondade e subserviência “natural” de outro formaram o nordeste açucareiro em uma civilização devido a relação harmoniosa entre antagônicos. Notavelmente, em *Casa Grande e Senzala*, Freyre frisava o caráter pacífico das relações entre negros e brancos no Brasil, tanto no período da escravidão quanto após esta. Isso se deve, segundo esse autor, ao patriarcalismo brasileiro que criou uma escravatura humanizada e às peculiaridades da história dos portugueses e seus descendentes que tornaram a sociedade brasileira uma sociedade racialmente democrática, pois a miscigenabilidade, a mobilidade e a aclimação, características da cultura portuguesa, fazem dele um “colonizador por excelência”⁸. Ou seja, não havia conflitos nas relações raciais. Para Gilberto Freyre⁹, quando o patriarcalismo acabou em 1888, os escravos ficaram desamparados, pois, na sua concepção, este os alimentou relativamente bem, os ajudou na velhice e deu aos filhos de escravo oportunidades de ascensão.

O funcionamento da sociedade escravocrata de tipo patriarcal, para o autor de *Casa-Grande & Senzala*, favoreceria ao desenvolvimento dos laços que unem senhores, homens livres e escravos numa rede de trocas desiguais, que poderia levar à forma material do paternalismo, o *apadrinhamento*. O objeto dessa troca entre partes com diferentes poderes, poderia ser tanto o sexo como o respeito, ambos trocados ou comprados por favores. A desigualdade e a subalternidade embutidas neste tipo de trocas levariam à uma certa intimidade entre pessoas de diferentes grupos sócio-raciais.

Em decorrência da decadência da cultura da cana-de-açúcar no fim do século XIX, na década de 1920, há uma idéia entre os intelectuais recifenses de um “Recife morto”, como aponta Moema D’ Andrea¹⁰. É neste rastro que aparece uma nova proposta regionalista, influenciada pelas sugestões criadoras de Gilberto Freyre, recém-chegado dos EUA em 1923, após cinco anos fora do Brasil.

7 SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. In: *Afro-Ásia*, n. 18, 1996, p. 77-101, p. 99.

8 Idem, p. 183.

9 FREYRE, Gilberto. *Novo mundo nos trópicos*, trad: Olívio Montenegro e Luiz de Miranda Corrêa, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

10 D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)cobreta: o pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas*. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

Para Carlos Guilherme Mota¹¹, o destaque do Regionalismo nordestino da década de 1920 e 1930 se deve ao contexto de transição em que foi produzido, quando o poder oligárquico estava sendo questionado pelos revolucionários de 1930. Idéia é complementada por Elide Rugai: “A invenção, ou a revalorização das tradições, aparecem num momento onde os setores dominantes tradicionais, ligados à agricultura do açúcar, estão claramente em decadência. Momento em que seu poder político é questionado “[...] Nunca antes da década de 30 os setores dominantes agrários tiveram tão grande ideólogo!”¹². O ideólogo era Gilberto Freyre.

Os anos de 1925 a 1930 marcam a divulgação do Modernismo pelos vários estados brasileiros. O Centro Regionalista do Nordeste é formado, com a sede em Recife, através de Gilberto Freyre que por meio de artigos em jornais e contato com pessoas do meio intelectual, desenvolveu uma campanha de revalorização dos valores regionais que, segundo o sociólogo, estavam sendo ameaçados pelas alterações que o Nordeste brasileiro vinha passando. Assim, junto com Odilon Nestor e Moraes Coutinho, fundou em 1924 o Centro Regionalista do Nordeste, que tinha como objetivo o de “promover os valores humanos e culturais da região”, tendo Nestor como presidente e Freyre secretário-geral. Como atividade deste centro, aconteceu entre os dias 7 e 11 de fevereiro de 1926 o I Congresso Regionalista Brasileiro, no qual se destacou a idéia de unificação econômica e cultural do Nordeste, a defesa dos valores tradicionais, a preservação arquitetônica das cidades, também do patrimônio histórico e artístico, festas e jogos tradicionais.

O Regionalismo fazia a crítica aos malefícios do progresso e da importação de costumes e valores estrangeiros, em defesa do que considerava legitimamente brasileiro: o patriarcalismo açucareiro.

Apesar de não haver uma pretensão meramente literaria foi na literatura que o regionalismo teve destaque. Para José Aderaldo Castello¹³, com o escritor José Lins do Rego que o regionalismo encontrou sua expressão mais pura, pois ele teria assimilado mais do que qualquer outro autor o espírito do regionalismo defendido por Gilberto Freyre.

11 MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Ática, 2002.

12 BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. Tese (Doutorado em Sociologia)- Programa de Estudos Pós- Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986, p. 71.

13 CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo: EDART, 1961.

Os cinco primeiros romances, que o próprio autor denominou de ciclo da cana-de-açúcar, do qual fazem parte as obras *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangüê* (1934), *Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936), que anos depois se acrescenta de *Fogo Morto*, publicado em 1943, são obras que se passam na zona açucareira do nordeste no momento em que sua estrutura tradicional está se decompondo por causa de uma nova força econômica, a usina e o capitalismo moderno. A obra de José Lins toma como matéria literária a realidade social da década de 30, um documento do ponto de vista do narrador-neto do senhor de engenho, um narrador que percebe a derrocada da açucareira e sente a necessidade de lutar pela sua revalorização.

Para observar a influencia do pensamento sobre as relações racias na década de 1930, que é a década de produção literária de José Lins, buscaremos a relação entre a literatura e a sociedade, ou seja, procuraremos constatar os elementos da realidade social presente no texto literário.

Consideramos o texto literário uma integração de elementos sociais e psíquicos que devem ser levados em conta para quem realiza a interpretação das obras. Para a compreensão de um fenômeno literário, deve-se considerar a conjunção do conteúdo e forma na obra de arte para, desse modo, compreender a representação social no texto cujo condicionamento narrativo é constituído de fatores internos e externos: nossa análise entende que a realidade está contida na obra, mas como uma realidade autônoma, cujo valor está impresso na forma que obteve para colocar os elementos extra-literários: impressões, paixões, idéias, fatos, acontecimentos. Seguindo as pistas de Antonio Candido¹⁴, não há literatura sem fuga do real, a importância de uma obra não se deve à circunstância de exprimir fielmente um aspecto da realidade, social ou individual, mas a maneira através da qual o faz. Sendo assim, para o entendimento de uma obra não devemos compreender simplesmente os fatores não-literários, ou somente elementos estéticos. O texto literário não anula os fatores externos ao transfigurá-los, afinal é a interação entre o texto e o contexto. Esta leitura de Candido, encontramos também no filólogo alemão, Eric Auerbach¹⁵, para quem a obra de arte é determinada pela época de sua origem, pelo local e pela peculiaridade de seu criador.

Ao analisar os romances do ciclo da cana-de-açúcar observamos, uma influencia do pensamento freyreano. Vemos que o narrador, dá uma notável importância à figura do patriarca,

14 CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história e literatura*. 8 ed.. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002.

15 AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

não por acaso temos nas três partes do livro patriarcas como personagens de destaque, o que podemos apontar como uma influência do pensamento freyreano. Para Gilberto Freyre¹⁶ (1971), o patriarcalismo foi muito generoso com os escravos, tanto que, quando acabou a escravidão em 1888 e a nossa monarquia que era do tipo patriarcal foi deposta em 1889, quem mais sofreu foram os negros pois, de repente, ficaram desamparados, sem um “pai” para defendê-los. Muito do que ocorre nos engenhos, segundo o narrador depende da figura patriarca, inclusive o comportamento dos escravos. O narrador justifica os comportamentos patriarcais que são aceitáveis e os que não o são. Podemos dizer que o “regime escravocrata vê-se nostalgicamente agregado à figura do senhor patriarcal, visto pela lógica ‘natural e legítima’ da relação senhor/escravo”¹⁷.

Os personagens negros não têm fisionomia própria, não se sabe de suas características físicas, suas características quando aparecem vêm através dos personagens brancos, mal se sabe de suas origens e histórias. Ser negro é sinônimo de sujeição, submissão e humilhação como diz o narrador sobre José Amaro: “vivia pegado naquele tamborete, como negro no tronco”¹⁸. Ou como segundo Mariquinha mulher de Tomás: “todos em sua casa não deviam ser como ela fora, só do trabalho grosseiro, da vida como de negro cativo”¹⁹.

Sem contar que a palavra negro sempre aparece antes do nome dos escravos, mas principalmente antes do nome do ex-escravo, ou seja, negro é sinônimo de escravo ou de ex-escravo, essa situação não é separada. Heloisa Gomes, ao analisar o livro *Fogo Morto*, diz: “Quanto ao negro [...] é impossível separar sua figura e atuação da condição de escravo – ou ex-escravo”²⁰.

Observamos que a noção de cor no período escravista, segundo Hebe Castro (1998), não designava, matizes de pigmentação ou diferentes níveis de mestiçagem, o que buscava era definir o lugar social, no qual etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas.

É observável nas situações cotidianas do livro, que todos os brancos fazem questão de mostrar superioridade frente aos negros. Afirmar-se como branco era uma forma de afirmar uma suposta autoridade. Mestre José Amaro, homem pobre que vivia de favor no Engenho Santa Fé, afirmava: “Negro só servia mesmo para o cativo. Ninguém queria ser livre. Todos só desejavam

16 FREYRE, Gilberto. *Novo mundo nos trópicos*, trad: Olívio Montenegro e Luiz de Miranda Corrêa, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

17 D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)cobreta: o pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas*. Campinas: Editora UNICAMP, 1992, p. 64.

18 REGO, José Lins do. *Fogo Morto*. São Paulo: Nova Fronteira, 1987, p.63

19 Idem, p. 205.

20 GOMES, Helisa Toller. *O poder rural na ficção*. São Paulo: Ática, 1981, p. 109

a canga”²¹. Ao afirmar sua autoridade, os brancos procuravam evocar a cor da pele para demonstrar sua posição social, inclusive capitão Vitorino, primo pobre do grande José Paulino e defensor “dos fracos e oprimidos do Pilar”, dizia: “Sou homem de respeito [...] Sou homem branco como José Paulino”²². Ou “Eu sou Vitorino Carneiro da Cunha, homem branco de respeito”²³. Para defender José Amaro dos mandos de Coronel Lula, Vitorino dizia: “Não era de família como a sua, mas era homem branco, o pai fora filho de marinheiros de Goiana”²⁴. Como bem observou Heloisa Toller Gomes (1981), Amaro afirma ser branco e Vitorino pretende ser mais branco do que Amaro, comparando-se a José Paulino, o grande senhor de terras.

Segundo Moema D’Andrea²⁵, subsiste na arte narrativa de José Lins o substrato ideológico da tradição patriarcal, nos romances do ciclo da cana-de-açúcar: “A descrição degradante das condições de vida do cabra do eito perpassa o fio narrativo [...] é reiteradamente atenuada pela relação paternalista que envolve o senhor de engenho e seus ‘servos’. Essa relação estabelece o ponto de vista dicotômico: positivo para o engenho e negativo para a usina, a qual, agora, o patriarca é substituído pelo patrão [...]”.

A violência no período escravista é mostrada nos romances como algo pessoal, sob o crivo do patriarca, não como parte do sistema; uma opinião também compartilhada por Gilberto Freyre. Uma vida de heranças do período escravista cerca a vida dos negros livres, vida cheia de desconfianças e insultos por parte daqueles que tentam afirmar seu *status*. Apesar da violência contra o negro permeia toda a narrativa inclusive por parte dos personagens pobres, mostrando que um dos efeitos desta herança é a distinção entre os homens brancos e negros.

Perceberemos que nesta narrativa os negros, apesar de serem personagens menores, são mostrados como símbolo do poder dos proprietários, muito mostram, através das situações nas quais estão envolvidos, sobre a posição do negro-escravo e do negro recém-liberto na sociedade brasileira do final do século XIX. As suas maneiras de resistirem à ordem existente, os mecanismos de discriminação, a forma como conseguem inserir-se no meio social, mostram que mesmo depois da abolição a herança da escravidão é mantida. No fim, a forma narrativa do maior discípulo

21 REGO, José Lins do. *Fogo Morto*. São Paulo: Nova Fronteira, 1987, p. 46

22 Idem, p. 54.

23 Idem, p. 55.

24 Idem, p. 56.

25 D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)cobreta: o pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas*. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

literário de Gilberto Freyre, acaba desmistificando a tese sobre o caráter humano e harmonioso da relação entre negros e brancos nesse período no Brasil.